

RELATÓRIO DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO COREAÚ

1
2
3
4 Aos 27 dias do mês de junho de 2007, aconteceu a 6ª Reunião Ordinária do CBH Coreaú, no
5 Auditório da Casa da Cultura, em Sobral/CE. A abertura feita pelo Vice-presidente, Sr. Sérgio
6 Fontenele, representante da Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará, que deu acolhida aos
7 presentes e em seguida leu a pauta proposta: 08:30hs – Coffe-break; 09:00hs - Abertura/
8 Informes; 09:30hs - Apresentação e Discussão do Plano Plurianual (SRH/COGERH/CBH);
9 11:00hs - Apresentação da nova metodologia de Alocação Negociada de água (COGERH);
10 12:00hs – Almoço; 13:30hs - Apresentação do histórico dos Açudes; 14:20hs - Apresentação de
11 cenários: Informes Técnicos: Operação (oferta x demanda); Monitoramento (quantidade e
12 qualidade).16:00hs - Operação de monitoramento para o período 2007-2008: Definição de
13 parâmetros para operação dos açudes isolados; 16:30hs - Definição de calendário de alocação
14 dos açudes isolados e escolha dos membros do CBH-Coreaú que acompanharão as reuniões de
15 alocação d'água desses reservatórios; 17:00hs - Encerramento dos trabalhos do dia. que após foi
16 aprovada. Em seguida, a Sra. Eliane Cortez, da Secretaria de Recursos Hídricos e membro do
17 CBH- Coreaú, que ficou responsável por apresentar e mediar e o trabalho do Comitê em torno
18 Plano Plurianual do Governo do Estado para os Recursos Hídricos. Antes do início de sua
19 apresentação, Eliane passa a palavra para o Secretário Adjunto de Recursos Hídricos, Sr. Daniel
20 Sanford Moreira, que enfatiza a importância dos Comitês na discussão e afirma a participação da
21 Diretoria da Secretaria em todas as demais reuniões dos outros Comitês. Eliane Cortez afirma que
22 o Secretário de Recursos Hídricos está acompanhando de perto todas as demandas do Comitê e
23 por isso colocou membros da Diretoria dentro dos Comitês, para que haja maior proximidade com
24 os Secretários. Em seguida a técnica da SRH, Eliane Cortez, faz uma breve apresentação sobre o
25 PPA. Coloca como objetivo promover a participação dos CBH na construção do PPA, que deve
26 ser participativo e regionalizado. Diz que o governo já trabalhou o plano em encontros municipais,
27 levantando demandas por municípios. No caso do CBH vai se levar em consideração as
28 prioridades da bacia. É conceitua o PPA como importante instrumento de planejamento
29 governamental, define a orientação estratégica do governo e define as prioridades do governo
30 para quatro anos, iniciando no segundo ano de governo e terminando no primeiro ano do próximo
31 governo. É uma lei aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado. Foi definido a nível estadual
32 e federal, é obrigatório. Seu marco legal a nível federal é a Constituição Federal – Art. 165 e na
33 Constituição Estadual no Art. 203. Ele é o primeiro instrumento de planejamento que se elabora, a
34 partir dele é feita a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei de Orçamento Anual. A elaboração
35 desse plano é feito em duas fases: qualitativa e quantitativa. A primeira delas é a qualitativa, que
36 inicia com as diretrizes e compromissos do governo, no qual existem especificamente para a
37 Secretaria. Utiliza-se ainda dos estudos e diagnósticos que já existem e com os cenários
38 macroeconômicos (questão financeira), pois se sabe o que se precisa, mas isso é condicionado
39 ao que se tem para aplicar. Com todos esses insumos se faz a ideias força do plano e a previsão
40 orçamentária, daí são constituídos os objetivos estratégicos do governo, que primeiramente é feito
41 de forma global e depois de forma setorial, verificando-se o que cada setor deve fazer para que se
42 atinja os objetivos. Depois disso é feita a parte participativa, em que se está captando os anseios
43 da sociedade, através de uma participação regional (municipal e por bacia hidrográfica, no caso
44 do Comitê), daí vem a compatibilização da participação coma s diretrizes setoriais, quando por
45 último se faz a elaboração dos programas, momento em que termina a fase qualitativa. A fase
46 quantitativa é quando é realizada a previsão de recursos por setorial, por programa e região,
47 sendo finalmente a consolidação do PPA. Depois de consolidado, ele é aprovado na Assembleia
48 Legislativa e vira lei. A importância do PPA é que só poderá ser executado aquilo que está
49 previsto nele, por isso é importante que as necessidades estejam contempladas nesse PPA. No
50 entanto, Eliane Cortez deixa claro que está se levantando demandas e que há uma limitação
51 econômica, orçamentária, portanto não se pode criar a expectativa de que tudo que está sendo
52 levantado será concretizado. O Comitê quando faz esse trabalho, está realizando um
53 planejamento, com prioridades definidas, que será instrumento frente ao governo. O ideal seria
54 que já existisse o Plano da Bacia, onde suas necessidades já estariam contempladas e seria mais

55 facilmente sabidas pelo governo. Em seguida, Eliane apresentou as diretrizes do governo na
56 Secretaria de Recursos Hídricos, no qual o governo se comprometeu em sua campanha e
57 programa de governo: Promover a preservação dos recursos hídricos; Manter e complementar a
58 infraestrutura hídrica; Fortalecer a integração das bacias hidrográficas; Fortalecer a gestão
59 participativa dos recursos hídricos por bacia hidrográfica; Incentivar o uso e manejo racional da
60 água; Orientar a política de recursos hídricos do Estado do Ceará de acordo com o projeto de
61 integração do São Francisco. Posteriormente os objetivos estratégicos, também definidos na
62 campanha e programa de governo: Completar de forma gradativa, a rede de infraestrutura hídrica
63 do Estado; Implementar plano de recuperação, operação e manutenção da infraestrutura hídrica;
64 Implementar plano de aproveitamento racional e otimizado dos recursos hídricos do Estado;
65 Finalizar a construção do eixo de integração Jaguaribe / Metropolitana; Construir o eixo de
66 integração da Ibiapaba, envolvendo as bacias do Coreaú, Acaraú e Poti/Longá; Expandir, em
67 larga escala, a prática da tecnologia de coleta de água de chuva (incentivo à construção de
68 cisternas); Fortalecer a gestão participativa dos recursos hídricos, por bacias hidrográficas;
69 Completar, de forma gradativa, a rede de infraestrutura hídrica do Estado; Aproveitar a
70 infraestrutura hídrica existente, por meio do gerenciamento dos recursos hídricos, com
71 participação da sociedade civil e em consonância com a política do Governo Federal. Por
72 conseguinte apresentou a proposta metodológica, feita pela SRH e COGERH, para que fosse
73 trabalhado o PPA nos Comitês: Metodologia para a participação dos Comitês de Bacia
74 Hidrográfica: 1-Reflexão sobre as potencialidades, os problemas, as causas e as
75 interdependências referentes aos recursos hídricos, nas bacias hidrográficas do Ceará– Trabalhar
76 um diagnóstico para listar as necessidades locais. 2-Levantamento de demandas: 2.1 –
77 Demandas por bacia hidrográfica; 2.2 – Intervenções estruturais e não estruturais. 3-
78 Hierarquização das propostas: 3.1 – Seleção de critérios para hierarquização; 3.2 –
79 Hierarquização pela maior importância para a bacia; 3.3 – Seleção de até 15 propostas. 4-
80 Sugestão de critérios para hierarquização: 4.1 – Alcance regional (interesse da bacia); 4.2 –
81 Abastecimento humano; 4.3 – Melhoria da qualidade da água; 4.4 – População beneficiada. 5.
82 Deliberação do Comitê. 6. Reunião dos articuladores para socialização das informações e
83 verificação de inconsistências (06 de julho - que nessa reunião terá como Coordenador o CBH-
84 Litoral, portanto qualquer modificação da pauta pode ser encaminhado a ele). 7. Encaminhamento
85 das demandas oficialmente à SRH, até 10 de julho – (essas demandas serão utilizadas pela
86 Secretaria para discutir e inserir algumas delas no plano). 8. Retorno ao Comitê das metas / ações
87 incluídas no PPA. Após a apresentação de Eliane, Bartolomeu Almeida, Coordenador do Núcleo
88 de Gestão da COGERH, ressaltou para a plenária que as demandas já foram trabalhadas a nível
89 de diretoria do Comitê e Secretaria Executiva. Foi feito um resumo de todas as problemáticas da
90 Bacia foram levantadas no diagnóstico feito na constituição do CBH- Coreaú, durante os
91 encontros municipais e regionais, que depois foram transformadas em demandas e analisadas
92 pela Diretoria. Esta, no entanto, solicitou que fossem encaminhadas xérox dessas demandas para
93 todos os membros e prefeituras e Câmaras Municipais para que pudessem contribuir trazendo
94 suas demandas para a reunião e todos os municípios se sentissem contemplados. Enfatizou que,
95 apesar do Poder Público Municipal já ter participado em outros momentos da discussão do PPA, a
96 Diretoria sentiu a necessidade e importância de serem novamente convidados a discutir mais
97 particularmente a questão dos recursos hídricos. Bartolomeu disse que qualquer um pode fazer
98 alterações, incluindo ou retirando demandas. Eliane pediu que buscassem enumerar ações
99 próprias da SRH, posto que aquelas que divergiram das ações, metas e diretrizes propostas para
100 o plano, serão descartadas, e se perde a oportunidade de colocar outra demanda, dentro das 15
101 que serão elencadas. Por exemplo, ações de saneamento básico, voltadas para pesca e
102 educação ambiental não estão dentro dessas ações da Secretaria, pelo menos não diretamente.
103 Bartolomeu iniciou a apresentação das demandas levantadas, por município, divididas em ações
104 estruturais e não estruturais. O representante do BNB pergunta se estruturante seria aquela que
105 requer um custo e não estruturante aqueles que não necessitam. Bartolomeu explicou que os dois
106 demandam recursos. O Vice-presidente do CBH-Coreaú diz que as demandas levantadas
107 apresentadas estão de acordo com a participação, com o material humano disponível nos eventos
108 promovidos pela COGERH para a formação do CBH. Disse ainda que o anseio de muitos que não
109 viram seus municípios contemplados em todas as suas necessidades, ocorre devido a
110 participação insipiente das entidades de cada município, inclusive os poderes públicos municipais.
111 Mas que está aberta a discussão para que se coloquem suas demandas. Eliane Cortez ressaltou

112 a criação do Eixo de Integração da Ibiapaba, integrando as Bacias do Acaraú, Coreaú e Poti-
113 Longá, enfatizando a importância de que este fosse contemplado. O Sr. Vicente Lopes, Gerente
114 Regional da COGERH, enfatizou que o trabalho para constituição do CBH-Coreaú foi de extrema
115 relevância, mas que no momento não havia a expectativa de inserir essas demandas em um
116 plano plurianual, portanto, seria de extrema relevância que fosse realmente destacadas as
117 demandas desses municípios e que se fosse além do que foi demandado. Em seguida, foram
118 discutidas as demandas de cada município, sendo retiradas aquelas que não são consideradas
119 próprias da SRH e incluídas aquelas trazidas pela plenária. Dentre as demandas afins, algumas
120 foram elencadas para posteriormente serem dados outros encaminhamentos pelo Comitê,
121 buscando o seu atendimento. Após as discussões foram estabelecidas as seguintes demandas,
122 que foram priorizadas por um grupo retirado na reunião (Sérgio, Kamylyle e Eliane). O resultado foi
123 aprovado em plenária, em anexo, após o almoço. Durante a tarde, O Sr. João Lúcio, Diretor de
124 Planejamento da COGERH faz um breve histórico da participação da sociedade na discussão da
125 alocação de água, que iniciou-se com uma experiência na Bacia do Curu. Disse que esse trabalho
126 iniciou-se antes dos Comitês de Bacia, a alocação iniciou com os sistemas isolados e
127 posteriormente, com a criação do primeiro comitê, em 97, iniciou-se essa negociação junto
128 também aos Comitês. E, a partir desse ano, será cumprido o que a legislação estadual
129 estabelece, que é prerrogativa do Comitê realizar a alocação de água, ou seja, decidindo quanto
130 aos seus usos. Ou seja, toda operação deve passar por uma avaliação dos Comitês de Bacia,
131 utilizando o sistema de alocação que hoje já é utilizado em vários Estados e que começou com o
132 Estado do Ceará. Assim, esse momento seria onde o Comitê estabeleceria parâmetros de
133 máximo e mínimo de usos das águas dos reservatórios de sua bacia, conforme a apreciação dos
134 dados técnicos de qualidade, quantidade de água, bem como das demandas existentes para cada
135 açude e o histórico desses. Além disso, definir o calendário das reuniões de alocação e indicar
136 membros do colegiado, para que o CBH possa acompanhar essas determinações e assim iniciar
137 um exercício de tomada de decisão sobre essas sistemáticas de liberação. Conforme discorreu o
138 Sr. João Lúcio, foi apresentado pelo Sr. Vicente Lopes Frota a situação quantitativa e o histórico
139 de operações (com seu histórico de comportamento e operações). Em sua fala, o Sr. Vicente
140 ainda tratou quanto as problemáticas e as demandas exclusivas de cada reservatório. Após essas
141 apresentações, foi aprovado o calendário das reuniões de alocação dos sistemas isolados da
142 Bacia do Coreaú, com o local de realização destas e o representante do colegiado que fará o
143 acompanhamento (segue em anexo). Por último, a Sra. Marciana, da Gerência de Monitoramento
144 apresentou os resultados qualitativos referente as coletas realizadas nesses reservatórios, dando
145 condições dos presentes analisarem também a questão qualitativa para atendimento dos usos.
146 Sem mais, foi dada por encerrada esta reunião.

147
148
149
150
151
152
153

ALOCAÇÃO NEGOCIADA DE ÁGUA – BACIAS DO ACARAÚ E COREAÚ

PROGRAMAÇÃO DO COREAÚ – 2007

Açude	Município	Data da Reunião de Alocação	Data da Mobilização	Contato	Local da Reunião	Horário
Martinópole	Martinopóle	10/07/07	03/07/07	Chico Félix	Escola Municipal de Jardim	09 horas
Itaúna	Barroquinha	24/07/07	17/07/07	Roberto Chaves	STTR	09 horas
Gangorra	Granja	25/07/07	17/07/07	Chico Ciné	FORUM de Granja	09 horas
Angicos (Jardim)	Coreaú	08/08/07	02/08/07	Almir	Delegacia Sindical de Araquém	09 horas
Várzea da Volta	Moraújo	09/08/07	03/08/07	Zé Carlos	Balneário Água Park	09 horas
Tucunduba (Serrota)	Senador Sá	14/08/07	09/08/07	Joncy ou Sr. Chico	Colégio Municip. Da Serrota	09 horas
Premuoca	Uruoca	16/08/07	10/08/07	Caetano	Centro Social	09 horas
Trapiá III	Ubauna (Coreaú)	21/08/07	16/08/07	Sr. Benício	ADECUBA	09 horas

154
155
156

10
11
12
13

157
158
159
160

Coreaú

Açude	Q. Mínima	Q. Máxima	Quem vai acompanhar reunião
Angicos	Não Houve Definição	Não Houve Definição	
Diamante	Não Houve Discussão	Não Houve Discussão	
Gangorra	40 L/S	50L/S	Genaro
Itaúna	Não Houve Definição	Não Houve Definição	Genaro
Martinópolis	Não pode liberar	Não pode liberar	Odeide e Genaro
Premuoca	18L/S	22 L/S	Odeide e Genaro
Trapia III	23 L/S	28 L/S	Benicio
Tucunduba	Não Houve Definição	Não Houve Definição	
Várzea da Volta	60 L/S	100L/S	Miguel

161

14
15
16
17